TRABALHO, SUBALTERNIDADE E PROTAGONISMO FEMININO NA PERIFERIA URBANA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Érica T. Vieira de Almeida[1]

RESUMO: O artigo trata da resistência protagonizada pelos catadores de recicláveis do lixão de Campos dos Goytacazes/RJ ao fechamento do mesmo pela Prefeitura, em 2012. Se de um lado, o fechamento do lixão, fonte de trabalho e de "sustento" de centenas de famílias residentes nas periferias da cidade, afetou a reprodução social deste grupo subalterno, por outro, ele possibilitou que os catadores refletissem sobre o significado do seu trabalho na cadeia de valorização da reciclagem, oferendo um conjunto de recursos simbólicos à construção de uma ação coletiva em defesa do direito ao trabalho. Nesse sentido, além da pesquisa bibliográfica envolvendo autores de diversos campos disciplinares e aqueles com uma perspectiva interseccional (classe, raça e gênero), foram utilizados, também, os "achados" da pesquisa quanti-qualitativa realizada com os catadores do lixão (ALMEIDA, 2015), especialmente, as entrevistas semi-estruturadas realizadas com as catadoras, atrizes deste Movimento, e que hoje integram as Cooperativas locais.
Palavras - Chaves: Autogestão coletiva, Catadores de recicláveis, Campos dos Goytacazes/RJ, Protagonismo feminino.

ABSTRACT: The article deals with the resistance carried out by recyclable garbage collectors at Campos dos Goytacazes/RJ garbage dump, to its closure by local government in 2012. If, on the one hand, the closure of the dump, a source of work and "support " for hundreds of families living on the outskirts of the city, affected the social reproduction of this subordinate group; on the other hand, it allowed collectors to reflect on the meaning of their work in the recycling value chain, offering a set of symbolic resources to the construction of collective action in defense of the right to work. In this sense, in addition to the bibliographical research involving authors from different disciplinary fields and those with an intersectional perspective (class, race and gender), the "findings" of the quantitative-qualitative research carried out with city dump garbage collectors were also used (ALMEIDA, 2015,) as well as the semi-structured interviews carried out with female waste pickers, actresses of this movement and who, today, are part of the local Cooperatives.
Key words: Collective self-management, Recyclable garbage collectors, Campos dos Goytacazes/RJ, Female protagonism

[1] Professora da Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, Doutora em Serviço Social/ESS – UFRJ, e-mail ericalmeida@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Fruto de uma relação de mais de dez anos entre a Universidade e os catadores do lixão da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, este artigo nasce das reflexões sobre o movimento local dos catadores e suas conquistas materiais, simbólicas e políticas e, em particular, sobre o protagonismo das catadoras no processo de organização coletiva deste grupo subalterno e na construção da sua agenda política em resposta ao fechamento do lixão. Tendo como projeto político de curto prazo, a defesa intransigente do direito ao trabalho, as catadoras assumiram o papel de atrizes (GOHN, 2007) na condução deste processo, rejeitando as ações assistencialistas e clientelistas propostas pelas Instituições locais e cobrando o reconhecimento das suas necessidades coletivas nas esferas públicas locais, em especial, aquela relativa à inclusão socioeconômica dos catadores, com a participação das suas Cooperativas na Coleta Seletiva municipal em substituição à Empresa Concessionária.

Os catadores de recicláveis, há muito, fazem parte do cotidiano das cidades brasileiras, sobretudo das metrópoles e grandes cidades. Todavia, nas últimas três décadas, impulsionados, de um lado, pelas mudanças do mundo do trabalho e pelo crescente desemprego a partir dos anos de 1990 e, de outro, pelo incremento da cadeia de valorização da reciclagem (BOSI, 2008), o número de catadores não só se ampliou, como eles vêm se espalhando por todas as regiões do País, passando a fazer parte, também, da paisagem das médias e pequenas cidades[2]. Considerada uma das mais graves expressões da questão urbana e ambiental, o crescimento da geração de resíduos nas sociedades capitalistas contemporâneas está intimamente articulado ao encurtamento dos ciclos de valorização em função dos avanços tecnológicos na comunicação e no transporte e à introdução da lógica da obsolescência programada das mercadorias na produção, fomentando, ainda mais, o consumo e, por sua vez, o

[2] Segundo o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis, o MNCR, são entre 800 mil e um 1 milhão de catadores trabalhando nas ruas e nos lixões do País. Ainda segundo o MNCR, esse número pode ter aumentado se considerarmos o aumento do desemprego, a partir de 2015, e com a pandemia.

descarte (LAYRARGUES, 2002), e gerando impactos socioambientais de grande monta.

Se, por um lado, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada em 2010, atendeu, em parte, aos interesses de ambientalistas e catadores no que se refere ao tratamento adequado dos resíduos e à inclusão socioeconômica dos catadores, por outro, ainda foram muito poucos os municípios que se comprometeram com os seus instrumentos, incluindo na sua agenda o fechamento dos lixões, a construção de aterros sanitários, a realização de consórcios regionais e, principalmente, a ampliação da coleta seletiva com a participação dos catadores organizados em cooperativas e /ou associações [3]. Neste processo de negociação no Congresso Nacional, merece atenção a participação do MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis), motivado pela sua identidade orgulhosa de ser catador e de querer continuar nesta ocupação com seus direitos reconhecidos (Sant'Ana e Metello, 2016), e sua aliança política, na esfera federal, com os Governos do PT.

No caso de Campos, embora o município tenha cumprido a exigência da PNRS (2010) quanto ao fechamento do seu aterro controlado/lixão, substituindo-o pelo aterro sanitário, essa ação não veio acompanhada da ampliação da coleta seletiva com a participação dos catadores, afetando drasticamente a reprodução social desse grupo subalterno que há mais de vinte anos sobrevivia da cata de recicláveis no lixão. Nesse sentido, a intenção deste artigo é a de analisar o movimento local dos catadores a partir de uma perspectiva teórico-metodológica que nos possibilite uma análise interseccional das desigualdades histórico-estruturais presentes na sociedade brasileira e, portanto, na trajetória de vida e de trabalho das catadoras, principais atrizes desse movimento. Além disso, a abordagem interseccional foi fundamental para a problematização dos sentidos atribuídos pelas catadoras ao trabalho no lixão, considerando que 64% dos

[3] Embora a coleta seletiva tenha saltado de 443 para 1.269 municípios, no período de 2010 -2020, as Empresas ainda são responsáveis por mais da metade dessa coleta, segundo a pesquisa Ciclosoft (CEMPRE. **Cempre Review**. São Paulo. 2020).

catadores do lixão eram mulheres e 74% se declararam negras (ECKARDT, 2014), um perfil que vai se reproduzir nas Cooperativas.

Qualificados, muitas vezes, como movimentos espontâneos e pontuais, incapazes de ir além da indignação e do protesto, seja pela ausência de uma cultura política participativa e democrática e/ou de uma organização política nos moldes tradicionais, os protestos e manifestações dos grupos subalternos oriundos das periferias tendem a ser desconsiderados como formas de resistência política e social. Percebidas como manifestações carentes de uma consciência de classe, sem um projeto societário anticapitalista que os oriente, alguns analistas tendem a recusá-las, rejeitando o sentido de contestação e de rebeldia que elas portam, ainda que de modo desorganizado e irrefletido, como nos indica Gramsci (2002). Não podemos nos esquecer de que o espaço urbano vem sendo ocupado por velhos e novos atores sociais e políticos com diferentes interesses, mas, também, com orientações culturais e experiências políticas diversas, o que vem demandando um olhar mais atento sobre esse processo de ressignificação da experiência urbana e para as ações coletivas mobilizadas por movimentos menos visíveis, valorizando cada gesto em que seja possível reconhecer a luta pela afirmação de sujeitos sociais autônomos (Ribeiro, 2009).

O pensamento de Gramsci e de Thompson tem sido fundamental ao enfrentamento da dicotomia entre estrutura e ação, contribuindo para a construção de um entendimento dialético dos processos de construção da consciência social dos subalternos. Considerando que as representações e os valores que dão sentido à ação coletiva, por serem históricos e sociais, estão em constante processo de ressignificação, não podemos desprezar os seus vínculos com o novo regime de acumulação capitalista, caracterizado pela primazia do capital financeiro e da hegemonia neoliberal. Nesse sentido, quando falamos em experiências estamos nos referindo ao conjunto das relações sociais e, portanto, à inter-relação orgânica e dialética entre estrutura e superestrutura, ou melhor, entre as condições materiais de existência e as formas de pensar, mediadas pelos recursos culturais e ideológicos responsáveis por interpretar e representar os fatos do cotidiano, e de legitimar ou contestar as narrativas hegemônicas para

explicar e dar sentido à vida cotidiana (THOMPSON, 1987). De todo modo, essa não é uma operação simples e muito menos mecânica. São muitas as mediações e os conflitos, todavia, o ponto de partida, como nos lembra o próprio Gramsci, será sempre o senso comum, pois só a partir dele, podemos iniciar qualquer interlocução possível e duradoura com aqueles a quem chamamos de subalternos (RIBEIRO, 2009).

2. OS CATADORES DO LIXÃO: TRABALHO, MORADIA E "SUSTENTO DOS FILHOS"

A história dos catadores de lixão, em Campos dos Goytacazes/RJ, se confunde com a história dos trabalhadores, particularmente, daquela fração mais empobrecida representada pelos lavradores da cana, os operários da construção civil, as empregadas domésticas e faxineiras, os ambulantes e biscateiros, homens e mulheres, adultos e jovens, em sua maioria negros e residentes nas margens da cidade, em territórios marcados pelo trabalho precarizado e intermitente e pela ausência e/ou insuficiência e precarização dos bens e serviços públicos.

Na concepção de Kowarick (1979), a "espoliação urbana" era o resultado de uma dupla exploração dos trabalhadores que migraram do campo para a cidade, a partir dos anos de 1950, particularizando o processo de segregação socioespacial na periferia do capitalismo. Segundo o autor, como se não bastassem a intermitência, a precarização dos vínculos e os baixos rendimentos que caracterizavam o trabalho dessa parcela da classe trabalhadora urbana, seus lugares de moradia, além de distantes do centro, eram completamente desprovidos dos bens e serviços urbanos fundamentais, como moradia, escolas, unidades de saúde, transporte público, dentre outros direitos fundamentais, afetando duplamente os trabalhadores já tão penalizados pela precarização do trabalho. Para Villaça (2011), o espaço urbano brasileiro não pode ser explicado se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias. Para ele, ainda que os estudos de segregação tenham se restringido, muitas vezes, à

segregação residencial, é preciso considerar também as trajetórias de trabalho e renda; a dimensão da pobreza e da extrema pobreza; o provimento dos equipamentos públicos coletivos, assim como a sua qualidade, cobertura e diversidade e a gestão pública dos mesmos; os recursos ambientais e estéticos; o comércio e os serviços; a escolaridade e o racismo estrutural e institucional, esse último nem sempre presente. De acordo com Vargas (2005), há uma invisibilidade da questão racial nos estudos urbanos, considerando que a raça não aparece como uma categoria analítica importante nos mesmos. Para o autor, a ideia de uma sociabilidade cotidiana atravessada por limites, ausências e carecimentos, de ordem material e simbólica, tem qualificado a periferia brasileira, negando à mesma qualquer experiência de agenciamento e de resistência ao processo de reprodução do capital.

Em Campos, o processo de urbanização não foi diferente. Fruto de um forte movimento de expropriação dos trabalhadores do campo e da generalização das condições de assalariamento (CRUZ, 1992), que culminou na figura do “boia-fria”, e da criação de um mercado de trabalho urbano que se caracterizava pela precarização dos vínculos e baixíssimas remunerações, a cidade assistiu ao seu adensamento, combinando o crescimento das suas margens com um crescente processo de autoconstrução em um contexto de uma insuficiente proteção social e de raríssimas oportunidades de participação nas esferas públicas locais.

No final dos anos de 1980, o recrudescimento do desemprego, pressionado pelo processo de falência das usinas da Região, voltou a pressionar os trabalhadores a buscarem alternativas de sobrevivência, dentre elas, o trabalho no lixão (JUNCÁ et al, 2000). Segundo matéria de jornal local,

> Pelo menos 80 pessoas, incluindo seis crianças, encontraram o que para eles é a forma mais fácil de enfrentar a vida. Todos moram no lixo e tiram dele o sustento do dia-a-dia. Alguns até se alimentam do que encontram, mas a maioria mesmo tem na atividade uma autêntica garimpagem em busca do lixo mais valioso, como o cobre, garrafas de refrigerantes e de cervejas. (FOLHA DA MANHÃ, 1988).

No início da década de 1990, uma outra matéria, do mesmo jornal, cita que “mais de 400 pessoas aguardavam a chegada do lixo” (FOLHA DA MANHÃ,

1992), dentre eles, muitas mulheres com seus filhos. Em apenas duas décadas (1970-1990), a cidade foi totalmente redesenhada em função das novas relações de trabalho, aprofundando o processo de segregação socioespacial e racial. Sem políticas públicas voltadas para as suas necessidades sociais, uma grande parte delas ficará a cargo dos próprios trabalhadores, como é o caso da moradia. Segundo pesquisa realizada no início dos anos de 1990, (JUNCÁ *et al*., 2000), 65% dos catadores e 41% das catadoras confirmaram a sua condição de trabalhador (a) rural antes do trabalho no lixão e 6,1% deles responderam que chegaram a residir no lixão com seus filhos, majoritariamente, as catadoras com seus filhos, confirmando a ausência de políticas públicas de habitação popular e a importância da localização da moradia para as catadoras.

Em entrevista, a catadora E., de 62 anos, diz que criou os oito filhos no lixão. Segundo ela, depois de deixar o marido violento, a sua única alternativa foi o trabalho no lixão, local onde ela morou com os filhos (NETRAD, 2013). A catadora A, de 66 anos, também afirma que criou todos os filhos no lixão. De acordo com a mesma, seu marido bebia e era muito violento. Um dia, diz ela, “eu esperei ele dormir, peguei meus seis filhos e fui pra cidade morar no lixão com eles” (NETRAD, 2013). A pesquisa realizada com os catadores no ano de 2013 (ALMEIDA, 2015), indica que 43% das catadoras deixaram sua moradia anterior por conta da violência doméstica. Cabe destacar que quando as mulheres abandonam o seu companheiro em virtude da violência, elas, também, abandonam a casa, o emprego e, quase sempre, a sua rede de proteção primária, família e vizinhos. A decisão de deixar a situação de violência a que estavam submetidas, elas e os filhos, coloca esta família em uma situação de extrema vulnerabilidade, considerando a inexistência de políticas públicas nas décadas anteriores ou a sua focalização atual.

Ainda sobre a trajetória de trabalho das catadoras do lixão, a pesquisa de Almeida (2015), aponta que 11% delas já haviam trabalhado na lavoura da cana, um índice bem inferior àquele dos anos de 1990, e 18% em “casa de família”. Embora as ocupações sejam as mesmas entre as catadoras de primeira e de segunda geração, 44% das mulheres da segunda geração de catadoras

disseram que a catação no lixão foi a sua única e principal experiência de trabalho, ratificando a crise do setor sucroalcooleiro e, também, o incremento do negócio da reciclagem na cidade a partir do final dos anos de 1990. Entre elas, o trabalho "em casa de família" não gozava de reconhecimento e, nem trazia boas memórias. Nas entrevistas, o emprego doméstico aparecia associado tanto ao controle e à vigilância da força de trabalho, quanto à perda da autonomia, sem contar a precarização dos vínculos e os baixíssimos salários. Muitas delas faziam questão de distinguir o controle no "eito da cana" pelo capataz, da vigilância das patroas, afirmando que no segundo caso, além de pior, vinha sempre acompanhada da humilhação e do desprezo, o que segundo as catadoras, não acontecia na roça. Realizado tradicionalmente pelas escravas e depois pelas mulheres negras e pobres, o trabalho "em casa de família" é uma atividade desvalorizada socialmente, de menor remuneração e realizada ainda de modo informal, mesmo depois do reconhecimento parcial dos seus direitos, se comparado aos demais trabalhadores.

A associação histórica entre mulheres negras e este mercado de trabalho, denuncia o legado da escravidão, o racismo estrutural e institucional e, portanto, a ausência de um compromisso político que fosse capaz de direcionar a ação do Estado, em suas diferentes escalas, em direção à integração econômica e social dos negros e negras, no campo e na cidade, seja no pós-abolição, seja na contemporaneidade. De acordo com Gonzales (2020), a falta de perspectivas no que se refere à uma melhor integração das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca em uma situação de sujeição e de dependência das famílias de classe média branca. Ainda segundo a autora, essa relação vem impondo às mulheres negras, a maioria no que se refere às empregadas domésticas, particularmente, entre aquelas sem vínculo formal, um perverso processo de internalização da diferença, da inferioridade e da subordinação[4].

[4] Segundo a PNAD/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE, 2016), o Brasil tinha 6,158 milhões de trabalhadores (as) domésticos (as), dos quais 92% eram mulheres. Em 2015, 71% delas eram negras. Além de constituírem o maior grupo entre as domésticas, as trabalhadoras negras também são maioria entre aquelas sem vínculo formal de trabalho. Dados

Em comparação ao trabalho doméstico, o trabalho no lixão era citado como uma atividade que permitia uma maior liberdade tanto no que se refere ao tempo e à rotina de trabalho, quanto no que diz respeito à ausência de um controle sobre o seu processo de trabalho. Além disso, a remuneração era diária e bem superior se comparado às ocupações anteriores. O que se pretende problematizar com isso, é que essa não-vivência de uma relação direta de controle e de subalternidade associada à autonomia no horário e na jornada de trabalho e, também, na escolha daqueles com quem iriam negociar os recicláveis, produziu entre os catadores, sujeitos mais autônomos e com uma autoestima mais elevada do que os seus antecessores que passaram pela lavoura de cana e pelo serviço doméstico, atividades marcadas pela subalternidade e pelo controle direto da força de trabalho. Além disso, a proximidade da moradia com o lugar de trabalho, no caso o lixão, possibilitava às catadoras articularem melhor a sua inserção no mundo do trabalho produtivo e da reprodução social. Daí a localização da moradia ganhar um sentido estratégico na trajetória dessas mulheres, sobretudo, se considerarmos a ausência e/ou insuficiência dos equipamentos públicos coletivos como creches e escolas.

Sabemos que a década de 1990 não apenas consolidou a presença das mulheres no mercado de trabalho, como também, apresentou o trabalho feminino como ocupação principal e não mais complementar à renda do cônjuge, deixando evidente a associação entre as transformações nos arranjos familiares e as transformações no mercado de trabalho. Diante dessas mudanças, o trabalho ganha novos e diversos significados para as mulheres, em especial, para as mulheres responsáveis pelas famílias monoparentais, para as quais o trabalho torna-se central não apenas no sustento dos filhos, mas para garantir a sua respeitabilidade e autonomia (SARTI, 2003).

---

apurados pelo Censo 2010 indicam que em Campos dos Goytacazes, 7,7% da população local ocupada estava inserida no emprego doméstico, confirmando a divisão socioracial do trabalho, assim como, os papéis sociais e os lugares definidos pelas práticas sociais comandadas pelo racismo estrutural e institucional.

De acordo com o IPEA (2010), 66% dos catadores brasileiros se autodeclararam negros, uma parcela superior à média de negros na população brasileira que era de 52%, em 2010 (IPEA, 2010). Em Campos, essa autodeclaração atingiu 89% (ALMEIDA, 2015), uma taxa bem superior à taxa da população negra local que, em 2010, era de 51,5% (IBGE, 2011). Sobre a escolaridade, a pesquisa do IPEA (2010) revelou que 20,5 % dos catadores em todo o país ainda eram analfabetos. Em Campos, 37% dos catadores responderam que não sabiam ler, nem escrever (ALMEIDA, 2015). Entre as catadoras locais, as mulheres negras eram 74% do grupo (ECKHARDT, 2014).

Esses dados ratificam o legado da escravidão e da ausência de políticas públicas de integração social pelo trabalho e pelos direitos, como também, do racismo estrutural e institucional que hierarquiza o mercado de trabalho e subalterniza os negros, associando a raça negra ao empobrecimento e ao trabalho precário, sobretudo no que se refere ao trabalho da mulher negra. Aliás, a interseção entre os marcadores de classe, gênero e de raça na produção das desigualdades locais não se reduzem ao mercado de trabalho, elas são responsáveis também por um conjunto de violências e violações dos direitos fundamentais.

O racismo esteve na base da hegemonia das oligarquias agrárias regionais durante séculos e, mais recentemente, das elites agroindustriais. Nos termos gramscianos, a hegemonia não se realiza apenas na economia, mas, prioritariamente, na sociedade civil, esfera responsável pela construção dos consensos ídeo-político-culturais responsáveis pela “naturalização” das relações sociais vigentes e sua reprodução, com o mínimo de conflito possível. Além do racismo, o forte legado do patriarcado familiar e institucional, que define e estabelece os “lugares” de cada sexo na sociedade a partir de papéis sociais bem definidos e distintos, também restringe as mulheres aos espaços domésticos e às atividades do “cuidado”, afastando-as da vida pública e das arenas políticas, sobretudo, nas sociedades nas quais o modelo de proteção social não é universal e amplo, sobrecarregando-as com o trabalho “não pago”,

necessário à sua reprodução social e à reprodução ampliada do capital (HIRATA, 2002).

No que se refere às catadoras do lixão, embora a sua trajetória de vida e de trabalho tenha sido marcada pela presença desta tríade produtora de desigualdades e opressões, ela não foi capaz de impedir as resistências cotidianas. As entrevistas demonstram que as trajetórias de trabalho, assim como, as experiências das catadoras que lideraram este Movimento, foram muito semelhantes, apontando a presença da intersecção classe, raça e gênero e suas sequelas. O trabalho infantil fez parte da socialização destas mulheres, quase sempre seguido do trabalho em “casa de família”, aproximando-se das trajetórias de trabalho das mulheres pobres e negras brasileiras. Na adolescência, a gravidez não planejada foi vivenciada por todas elas, e se repete com as filhas e noras. A alegria trazida pelos filhos veio acompanhada de um conjunto de necessidades e desafios que foram assumidos unicamente por elas, ainda muito jovens. Algumas uniões também não foram experiências das quais elas têm boas lembranças. A presença do alcoolismo e da violência doméstica, expressa na violência verbal, física, no cárcere privado e nas ameaças, demonstra relações perpassadas pelo machismo e pela cultura patriarcal que desafiam o Estado de direito e a democratização das relações sociais. Mas, enfrentamento da violência também é compartilhado por elas. Se para algumas, a saída foi “fugir com os filhos”, para outras, foi “colocar os agressores para fora de casa”, antecipando atitudes feministas, mesmo sem saber nomeá-las. Para essas catadoras, na ausência de melhores condições de trabalho e reprodução social, o lixão foi a saída que elas encontraram para conquistarem a sua autonomia, sem ter que se submeter a relações de submissão e de violência.

O “sustento dos filhos” repetido como mantra, foi a grande motivação destas mulheres para seguirem na lida, por mais penosa que ela fosse, e o trabalho no lixão, naquele contexto, respondia a essa necessidade. Por isso, o fechamento do lixão foi significado como uma “injustiça” pelos catadores, não só porque interrompia projetos, mas, porque lhes colocava, novamente, o fantasma da fome, algo que eles já haviam superado no lixão.

O protagonismo feminino na resistência dos catadores: sociabilidade, cultura e ideologia

A perda do seu "meio de vida" impactou concretamente a vida dos catadores do lixão. Além do desafio da sobrevivência, ele significava, também, a perda das vantagens como a de ganhar mais que um salário-mínimo, o de morar próximo ao lugar do trabalho e articular o trabalho com os cuidados da casa e da família, de receber diariamente, de trabalhar junto com os amigos e vizinhos, da sua autonomia, ainda que limitada, no processo de trabalho e na comercialização dos recicláveis e de encontrar "coisas boas" no lixão, como roupa, eletrodoméstico, sapato, móveis e etc... Embora o fechamento do lixão tenha sido o motivou que mobilizou os protestos dos catadores, o processo mais largo de resistência desses sujeitos é resultado de um conjunto de fatores de natureza econômica, social, ídeo-político e cultural, demonstrando a complexidade da ação coletiva, seja como objeto de pesquisa ou de políticas públicas que assegurem os direitos dos grupos subalternos e invisibilizados.

Se depois de 10 anos, esses sujeitos ainda se encontram mobilizados e organizados em torno de um projeto de autogestão coletiva e da sua participação na política local, isso se deve à capacidade política das suas lideranças, todas elas mulheres, em não só manter os catadores, ou pelo menos uma parcela deles mobilizados, mas, também, em construir parcerias institucionais importantes e necessárias ao apoio e fortalecimento deste projeto.[5] Como já assinalado, a aprovação da PNRS, em 2010, principal referência na discussão da política de resíduos sólidos, acabou funcionando como "oportunidade política", a favor da inclusão produtiva dos catadores na política de coleta seletiva, fato desconhecido por alguns gestores e ignorados por outros. Além de mobilizar os catadores, a PNRS também dava legitimidade às ações das instituições parceiras e segurança às instituições de justiça que se envolveram na defesa dos catadores, em particular, a Defensoria Pública.

[5] Além do MNCR, constituíram parceiros institucionais do Movimento Local dos Catadores, as Universidades e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Thompson (1987), nos lembra que o processo de construção da consciência de classe, não se dá de modo imediato e nem de uma só vez. Ele é resultado de um processo de confrontação de interesses, ou seja, é na luta de classe que se constroem as identidades e a consciência de classe; sempre em oposição às demais. Para Thompson, é a experiência, como uma síntese dos elementos quem atribui significados aos eventos concretos vivenciados pelos grupos sociais. No caso dos catadores, a sua sobrevivência estava diretamente ligada à possibilidade de eles continuarem trabalhando na catação e triagem de recicláveis, considerando a sua trajetória. Neste sentido, a luta dos catadores pelo direito ao trabalho e o seu reconhecimento como trabalhador honesto significava a luta pela própria sobrevivência. Para Martins (1998), as necessidades dos subalternos ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana. Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada.

Vistos pelos governos e por segmentos da sociedade civil, como coitados, miseráveis, incapazes e carentes, os catadores de recicláveis foram completamente destituídos da sua identidade de trabalhador (a), agentes ambientais e cidadãos. Pensado apenas pela sua negatividade, como um lugar de exclusão e de ausências, o lixão foi e ainda é confundido com um terreno árido no que se refere às vivências de solidariedade e de união, assim como as periferias urbanas, qualificadas como sociabilidades atravessadas por um conjunto de limites e carecimentos, de ordem material e simbólica e, portanto, despida de qualquer possibilidade de agenciamento coletivo e de resistência ao processo de reprodução do capital nos espaços urbanos.

O desenrolar dos conflitos locais foi exigindo uma participação cada vez mais intensa dos representantes do Movimento. Eleitos em uma assembleia, o Conselho de Representantes dos Catadores, em maio de 2012, contava com onze membros, sendo nove mulheres. A sua formação, antes mesmo do fechamento do lixão, permitiu aos catadores dialogarem com os representantes do Poder Público, se antecipando ao projeto da Prefeitura e articulando-se com os parceiros institucionais como o CMAS (Conselho Municipal de Assistência

Social), a Universidade Federal Fluminense e a Defensoria Pública. Sem experiência de participação em assembleias, reuniões e negociação e, historicamente, excluídos da participação política nas instituições e esferas "públicas" locais, mesmo quando eram objetos dos debates governamentais, os catadores, em parceria com os seus parceiros e o MNCR/RJ, foram construindo os seus próprios espaços de interlocução e fortalecimento da sua identidade orgulhosa de catador.

Todavia, após o encerramento das atividades do lixão, de modo unilateral e autoritário, o Movimento passou a requerer um maior envolvimento dos catadores com as atividades de organização, mobilização e de representação nas instituições e espaços públicos, além daquelas relativas à formação e articulação política com o MNCR, o que exigia uma maior disponibilidade dos membros do Conselho de Representante. Isso acabou funcionando como uma barreira à participação de muitas catadoras. Aliás, a ausência do recorte de gênero nas políticas sindicais, nos movimentos sociais e nas políticas públicas, que considere as particularidades vividas pelas mulheres trabalhadoras empobrecidas, responsáveis por suas famílias, sejam elas monoparentais ou não, provocou e ainda vem provocando uma imensa exclusão das mulheres dos espaços de representação política, dentre outros, o que vem sendo enfrentado mais recentemente pelos movimentos feministas.

No final do ano de 2012, o acordo entre a Prefeitura e o Movimento que permitiu a contratação de mais de uma centena de catadores pela Empresa Concessionária, impactou a continuidade do Movimento, reduzindo a participação dos catadores no Conselho, que ficou reduzido a apenas cinco catadoras. Mesmo contratadas pela Empresa, essas atrizes conduziram o Movimento até a criação das quatro Cooperativas, no período de 2015 a 2017 e sua integração na política municipal de resíduos sólidos, objeto de conflito e de ação coletiva até hoje.

Neste processo longo e complexo, que não cabe neste texto, cabe destacar a resistência do Movimento ao clientelismo dos Governos locais, manifestado nas ofertas de trabalho, de casa própria, do programa de

transferência de renda, dentre outros benefícios socioassistenciais e de acesso a serviços públicos, todos transformados em “moedas de troca”. A rejeição ao clientelismo, por parte de um grupo social que, historicamente, não tem acesso aos direitos fundamentais, tem um significado bastante particular, sobretudo, em um contexto onde esta prática aparece fortemente enraizada na cultura política local. Nas últimas duas décadas, a transferência dos *royalties* e participações especiais, provenientes do complexo de produção e exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos, aos municípios da Região transformou os prefeitos nos protagonistas de um “novo coronelismo” (CRUZ,1992), fortalecendo ainda mais o clientelismo como uma mediação na vida política e na relação entre governo e sociedade, ainda que ressignificado, que precisa ser melhor compreendido.

Também merece atenção a resposta das lideranças no que diz respeito ao enfrentamento do machismo e da violência aos quais elas foram submetidas, incialmente pelos seus pais e, depois, por seus companheiros. Essa experiência teve um papel importante no protagonismo dessas mulheres pobres e negras à frente deste Movimento e, particularmente, na condução das negociações com as instituições, majoritariamente, representadas por homens brancos e ricos, proprietários ou filhos de proprietários dos meios de produção e, quase sempre, hegemonizadas pelas representações de mundo neoliberais e neoconservadoras que responsabilizam os trabalhadores pela sua condição social, culpabilizando-os e criminalizando-os.

Ao pensar o cotidiano a partir de outras referências, Gramsci (2002) propõe uma nova compreensão do “senso comum”, segundo a qual ele não é apenas a dimensão das repetições e dos processos que imobilizam a vida de cada um e de todos, reforçando o conformismo contra a possibilidade de organização das classes subalternas, reduzidas a interesses meramente econômico-corporativos. A intenção de Gramsci (2002) em problematizar o modo de ser e estar no mundo dos subalternos no conceito de senso comum, concebido como “o conglomerado de concepções fragmentárias e desagregadas, produto de concepções filosóficas pretéritas, de “condições de

vida passada [...] conservadoras e irracionais", mas, também, como modo de pensar não "enrijecido" e "imóvel", aberto a transformações e enriquecimentos contínuos, não foi a de inviabilizar um processo de superação do senso comum, mas ao contrário, o de problematizá-lo com vistas à criação de estratégias para o seu enfrentamento. Conquistada as cooperativas e a participação das mesmas na política de resíduos sólidos local, ainda que parcial e precariamente, as Catadoras, agora, passam a manejar dois conjuntos de desafios - o desafio da autogestão coletiva do trabalho nas Cooperativas e, por sua vez, os conflitos relativos à divisão sexual do trabalho e aqueles referentes à inclusão parcial e incompleta das Cooperativas na Política local da Coleta Seletiva.

3. CONCLUSÃO:

Para Gramsci, a definição de "grupos subalternos", para além das relações de subalternidade econômica, tem uma forte conotação político-cultural, o que não só amplia a nossa concepção sobre os modos de dominação e de hegemonia, como também recupera os processos de dominação presentes na sociedade. Como afirma Martins (1988) o "senso comum" não pode ser considerado apenas como o lugar da alienação e da falsa consciência, destituído de qualquer reconhecimento como lugar de política de resistência e de construção de interesses e projetos coletivos "desalienadores", basta lembrar dos variados e múltiplos movimentos sociais críticos nascido no cotidiano "infértil" das classes subalternas. Nesta perspectiva, é preciso estar atento às experiências coletivas dos grupos subalternos, não apenas do ponto de vista das suas conquistas, mas, dos sentidos que estas experiências podem atribuir ao coletivo, ao comum e à esfera pública como espaço de reconhecimento das necessidades sociais destes mesmos grupos e de garantia dos seus direitos fundamentais. Em Campos, se por um lado, a experiência dos catadores ainda não conseguiu promover a tão sonhada integração das cooperativas na política pública municipal, chama atenção o agenciamento coletivo desses sujeitos no sentido de enfrentar a subalternidade econômica e político-cultural, que possibilitou aos catadores publicizarem as suas necessidades nas esferas

públicas a partir de uma narrativa política própria e elaborada a partir das suas experiências.

REFERÊNCIAS.

ALMEIDA, É. T. V. de. Conflito e resistência na periferia da cidade? a experiência coletiva dos catadores de recicláveis do lixão de Campos dos Goytacazes/RJ, 2010 - 2019. *In*: LAGO, L. C. do; MELLO, I.; PETRUS, F. (org.). **Da cooperação na cidade à cidade cooperativa**. 1.ed. Marília/SP: Editora Lutas anticapital, 2020, p. 81-118.

_____ **De Catadores de lixo a Catadores de material reciclável – o que muda com a Política de Resíduos Sólidos?** Um diagnóstico da trajetória de trabalho dos catadores de material reciclável e do seu protagonismo a partir do fechamento do lixão da CODIN em Campos dos Goytacazes/RJ. Relatório Final de Pesquisa. Edital Prioridade Rio – FAPERJ (2012). Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015.

BOSI, A. A organização capitalista do trabalho informal: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 66-191, jun. 2008.

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos.**Diário Oficial:** República Federativa do Brasil: seção 1, Poder Legislativo, Brasília, DF, p. 3, 3 ago. 2010.

CRUZ, J. L.V. da. Mercado de Trabalho e exclusão em Campos/RJ. **Boletim Técnico do SENAC,** Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 159-178, set./dez. 1992.

GOHN, M. G. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política e Sociedade,** n.11, out. 2007.

GONZALES, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed.Zahar.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu. Campinas**, n. 17-18, p.139-156, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo Demográfico – 2010**: Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos.** Relatório de Pesquisa. Brasília/DF: DIRUR/IPEA, 2010.

JUNCÁ, D. C. *et al.* **A mão que obra no lixo**. 1. ed. Niterói/RJ: EDUFF/UFF, 2000.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAYRARGUES, P. O cinismo da reciclagem: O significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. *In:* LOUREIRO, F.;

LAYARGUES, P; CASTRO, R. (orgs). **Educação Ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002, p. 179-220.

MARTINS , J. de S. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social,** São Paulo, v. 10, n. 1, 1998.

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. *In*: POGGIESE, H.; EGLER, T. T. C. (Org.). **Otro desarrollo urbano**: ciudad incluyente, justicia social y gestión democratica. Buenos Aires: Clacso, 2009.

SANT'ANA, D.; METELLO, D. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. *In*: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Orgs.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p. 21- 44.

SARTI, Cynthia A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VARGAS, J. H. C. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. **Revista Antropologia,** São Paulo, v. 48, ano 1, 2005.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, São Paulo: USP, 2011